

A persistência da colonialidade no Médio Oriente: racionalidade geopolítica e intervenção dos Estados Unidos e de Israel contra o Irão¹

The Persistence of Coloniality in the Middle East: Geopolitical Rationality and U.S. and Israeli Intervention Against Iran

Sami A. R. J. El Jundi²

Judite Gonçalves de Freitas³

Resumo: Este artigo adota uma abordagem qualitativa e interpretativa de natureza interdisciplinar, articulando contributos da história, da geopolítica crítica e da economia política internacional. O conflito é analisado a partir de uma perspetiva histórico-estrutural e geopolítica multiescalar, que permite ultrapassar leituras estritamente interestatais e incorporar dinâmicas de longa duração associadas à formação da ordem regional do Médio Oriente. Empiricamente, recorre-se à triangulação de fontes secundárias e dados quantitativos, incluindo o ACLED Conflict Index (2025-2026), relatórios das Nações Unidas sobre a crise no Estreito de Ormuz, literatura especializada sobre sanções económicas e respetivos efeitos distributivos, bem como estatísticas de comércio internacional e fluxos energéticos globais. O enquadramento teórico combina a crítica da colonialidade do poder (Mignolo, 2023), abordagens da racionalidade geopolítica contemporânea e contributos do realismo e revisionismo em relações internacionais (Chomsky, 1999; Mearsheimer & Walt, 2007), permitindo integrar, numa mesma grelha analítica, estruturas históricas, interesses estratégicos e continuidades coloniais na produção e reprodução do conflito. Esta articulação possibilita uma leitura que conecta níveis regionais e sistémicos, evidenciando os impactos materiais e políticos da escalada bélica para além do teatro imediato de operações. Reconhece-se, por fim, o carácter provisório da análise, condicionado pela dependência de fontes secundárias e pela elevada volatilidade dos dados em contexto de conflito em curso, o que implica uma leitura necessariamente aberta a revisão e atualização conforme novos desenvolvimentos empíricos.

1 Durante a elaboração deste trabalho, a ferramenta de Inteligência Artificial Perplexity® (*powered by* GPT5.1) foi utilizada com o objetivo de consolidar o *corpus* de pesquisa, organizar os tópicos e melhorar a fluidez do texto. Nenhum conteúdo gerado pela IA foi utilizado como fonte primária de argumentação intelectual ou de dados científicos. Todo o processo de criação, interpretação dos resultados e redação final passou por revisão humana, assumindo o autor total responsabilidade pelas informações e ideias apresentadas.

2 Faculdade de Direito da UFRGS/Departamento de Ciências Penais/Porto Alegre/Brasil.
 Doutorando em Estudos Políticos e Humanitários pela Universidade Fernando Pessoa/Porto/Portugal.
 ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5047-9596>. Email: 2025120072@ufp.edu.pt.

3 Universidade Fernando Pessoa/Faculdade de Ciências Humanas e Sociais/Porto/Portugal.
 JusGov/UFP. CEPESE/UFP. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4516-9988>. Email: jfreitas@ufp.edu.pt.



Palavras-chave: Conflito EUA/Israel–Irão; geopolítica crítica; colonialidade de poder; Estreito de Ormuz; economia política internacional.

Abstract: This article adopts a qualitative and interpretative approach of an interdisciplinary nature, integrating contributions from history, critical geopolitics, and international political economy. The conflict is analysed from a historical-structural and multiscale geopolitical analysis, which makes it possible to move beyond strictly interstate readings and incorporate long-term dynamics associated with the formation of the Middle Eastern regional order. Empirically, the study relies on the triangulation of secondary sources and quantitative data, including the ACLED Conflict Index (2025-2026), United Nations reports on the crisis in the Strait of Hormuz, specialized literature on economic sanctions and their distributive effects, as well as international trade statistics and global energy flow data. The theoretical framework combines the critique of the coloniality of power (Mignolo), approaches to contemporary geopolitical rationality, and contributions from realism and revisionist perspectives in international relations (Chomsky; Mearsheimer & Walt), allowing for the integration within a single analytical framework of historical structures, strategic interests, and colonial continuities in the production and reproduction of the conflict. This articulation enables a reading that connects regional and systemic levels, highlighting the material and political impacts of the escalation of war beyond the immediate theatre of operations. Finally, the study acknowledges the provisional nature of the analysis, conditioned by its reliance on secondary sources and the high volatility of data in an ongoing conflict context, which necessitates an interpretation that remains open to revision and updating in light of new empirical developments.

Keywords: US/Israel–Iran conflict; critical geopolitics; coloniality of power; Strait of Hormuz; international political economy.

Introdução

A eclosão das hostilidades em fevereiro de 2026, sob a égide da campanha militar conjunta e coordenada entre os Estados Unidos e Israel contra a República Islâmica do Irão, reconduziu o Estreito de Ormuz ao epicentro da agenda geopolítica contemporânea. O fluxo mercante nesta artéria marítima vital, que historicamente canaliza aproximadamente 20% do petróleo transacionado globalmente por via marítima, registou uma contração abrupta, passando de uma média superior a cem embarcações diárias para um intervalo residual de apenas dois a dezasseis navios por dia, configurando um colapso significativo da atividade. Este estrangulamento logístico desencadeou impactos imediatos e assimétricos sobre as cadeias globais de abastecimento, a volatilidade dos preços da energia e a remuneração real do trabalho à escala planetária. O choque sistémico resultante, catalogado por analistas das Nações Unidas como o mais severo desde a crise petrolífera de 1973, exige uma grelha interpretativa que recuse o imediatismo das leituras conjunturais e recupere, em contrapartida, as dinâmicas de longa duração histórica e as permanências geopolíticas subjacentes ao tabuleiro regional.

À luz deste cenário, o presente artigo toma como objeto de estudo a geopolítica dos conflitos no Golfo Pérsico, circunscrevendo a análise à intervenção militar em curso levada a cabo por Washington e Telavive contra o Estado iraniano. O problema de investigação que norteia esta reflexão consiste em determinar qual

a matriz de racionalidade política que sustenta e legitima a perenidade, ao longo de mais de um século, das intervenções ocidentais no Médio Oriente, e de que forma essa mesma racionalidade se atualiza e reconfigura no conflito de 2026. Como hipótese de trabalho, sustenta-se que a atual campanha beligerante não pode ser plenamente explicada pelas premissas do realismo clássico nem pela retórica liberal da segurança regional. Pelo contrário, a sua inteligibilidade exige a mobilização da categoria de colonialidade, entendida como um padrão estrutural de poder que persiste para além do fim formal das administrações coloniais (Mignolo, 2003). Esta matriz surge indissociavelmente articulada com a especificidade do modelo de colonialismo de povoamento (Fernandez, 2017) e a singularidade da aliança estratégica estabelecida entre Washington e Telavive (Chomsky, 1999; Mearsheimer & Walt, 2007).

Do ponto de vista metodológico, adota-se uma abordagem qualitativa e documental, estruturada a partir da triangulação de três procedimentos operativos: (i) a revisão bibliográfica de obras de referência dedicadas à historiografia do Irão e à génese política do Médio Oriente (Foltz, 2016; Fromkin, 1989); (ii) a análise crítico-teórica da literatura consagrada à política externa norte-americana para a região (Chomsky, 1999; Fernandez, 2017; Mearsheimer & Walt, 2007; Migdal, 2014); e (iii) o tratamento de fontes primárias e bases de dados estatísticos referentes à conflitualidade em curso e às suas repercussões socioeconómicas e humanitárias (ACLED, 2026; Bajoghli *et al.*, 2024; Mishra, 2026b). O enquadramento teórico ancora-se na viragem epistémica dos estudos pós-coloniais (Mignolo, 2003). Assume-se, assim, o compromisso metodológico de conceber a violência ocidental no Médio Oriente não como uma anomalia conjuntural ou externalidade disfuncional do sistema internacional, mas sim como um dos seus vetores estruturais e constitutivos.

O texto encontra-se estruturado em três pontos de desenvolvimento que mimetizam os eixos constituintes do problema enunciado. O primeiro ponto reconstrói a genealogia histórica e a dimensão spatiotemporal do fenómeno, partindo do estatuto do Irão enquanto formação civilizacional milenar, transitando pelo redesenho cartográfico e colonial do Médio Oriente pós-1918, até culminar na centralidade geoestratégica do Estreito de Ormuz. O segundo ponto dissecar a racionalidade geopolítica e colonial subjacente à intervenção helénico-americana, cruzando os contributos teóricos sobre a “relação especial” e o colonialismo de povoamento com a grelha macroanalítica da colonialidade do poder. O terceiro ponto avalia os impactos empíricos e macroestruturais do conflito sobre o ecossistema regional e o sistema-mundo, mobilizando dados empíricos do ACLED Conflict Index e do sistema das Nações Unidas. Por fim, a conclusão sintetiza as inferências teóricas alcançadas, mapeando as limitações do estudo e os potenciais desdobramentos da crise global.

1. Enquadramento histórico e geográfico do Irão no Médio Oriente e no Estreito de Ormuz

Compreender o conflito atual exige recuar a três camadas temporais, iniciando pela longa duração do Irão enquanto formação civilizacional. Foltz (2016) demonstra que o planalto iraniano constitui, há mais de dois milénios e meio, um polo civilizacional autónomo, cujas tradições políticas, religiosas e linguísticas antecedem o Estado-nação moderno e estruturam um sentido de continuidade histórica frequentemente subestimado nas leituras ocidentais. Longe de se tratar de uma construção pós-colonial recente, o Irão inscreve-se numa profundidade histórica comparável à das principais civilizações euro-mediterrânicas, sustentando uma identidade política que não se reduz às fronteiras desenhadas no século XX.

Sob esta mesma premissa de racionalidade soberana, Nasr (2026) desconstrói a representação do Irão como um “Estado pária” teocrático ou movido por um suposto fanatismo irracional, enquadrando a sua política

externa como orientada por cálculos de segurança, sobrevivência do regime e adaptação às dinâmicas regionais de poder. Para o autor, a política externa iraniana obedece a uma lógica estritamente pragmática e calculada de segurança nacional, operando sob uma matriz realista semelhante à que rege as visões estratégicas de potências revisionistas como a China ou a Rússia.

Neste ecossistema decisório, o zelo revolucionário islâmico e a retórica xiita não constituem o motor das ações do regime, mas funcionam antes como uma camada ideológica superficial, desenhada para consumo interno e para a projeção de *soft power* no mundo árabe. As decisões de Teerão, desde o financiamento do “Eixo de Resistência” e de forças *proxy* regionais até ao avanço do programa nuclear, não resultam de um desejo de martírio teológico, mas sim de uma doutrina de “defesa avançada” nascida da sua solidão estratégica e vulnerabilidade geográfica histórica. A posição do Irão na região deve ser entendida num contexto de desconfiança estrutural e de equilíbrio de poder, em que o seu reforço militar é frequentemente percebido como ameaça, desencadeando ciclos de armamento e alinhamentos externos (Gause, 2010).

Em suma, o comportamento internacional do Irão visa mitigar o cerco geopolítico ocidental e responder às pressões civis internas e regionais, demonstrando que, sob o manto da teocracia, operam os imperativos categóricos e seculares da sobrevivência do regime e da preservação intransigente da soberania nacional.

A segunda camada temporal radica no violento redesenho colonial do Médio Oriente no pós-Primeira Guerra Mundial, um processo cujas fraturas estruturais continuam a informar a instabilidade contemporânea. Fromkin (1989) reconstrói como, entre 1914 e 1922, o Império Britânico e a França converteram o desmembramento do Império Otomano num exercício de engenharia geopolítica e de partilha de esferas de influência imperial. Através de instrumentos como os acordos secretos Sykes-Picot (Fromkin, 1989; Rogan, 2015), a Declaração Balfour (Cleveland & Bunton, 2016) e a institucionalização do sistema de Mandatos da Sociedade das Nações (Sluglett, 2014), foram produzidas fronteiras arbitrárias, Estados artificiais e regimes de tutela política sem correspondência orgânica com as formações sociais locais.

Esta “paz que pôs fim a toda a paz”, na célebre formulação atribuída a Lawrence da Arábia, longe de constituir um episódio histórico encerrado (Fromkin, 1989), deve ser entendida como infraestrutura persistente da ordem regional contemporânea. O Iraque, a Síria, a Jordânia, o Líbano, a Palestina e, em larga medida, as monarquias petrolíferas do Golfo Pérsico emergem como produtos diretos desta reconfiguração cartográfica colonial (Hinnebusch, 2015; Khalidi, 2020). A consequência sistémica mais duradoura deste processo foi a constituição de Estados estruturalmente frágeis e dependentes de garantias externas de segurança, primeiro britânicas e francesas e posteriormente norte-americanas (Gause, 2010; Owen, 2013).

É precisamente esta arquitetura histórica que fornece o substrato estrutural para a atual escalada bélica de 2026 entre os Estados Unidos, Israel e o Irão. A intervenção não pode ser reduzida a um episódio conjuntural de rivalidade interestatal, mas inscreve-se numa continuidade de gestão externa da insegurança regional, na qual alianças assimétricas e intervenções preventivas reproduzem a lógica de fragmentação herdada do sistema de Mandatos (Sluglett, 2014, Cleveland & Bunton, 2016). Neste quadro, a conflitualidade em torno do Irão reativa e reconfigura as linhas de fratura coloniais originais, enquanto a centralidade estratégica de espaços como o Golfo Pérsico e o Estreito de Ormuz reforça a permanência de uma geopolítica de controlo de corredores energéticos globais.

É neste quadro que a leitura da colonialidade se articula com formas contemporâneas de colonialismo de povoamento. Com efeito, como argumenta Fernandez (2017), certas formações político-estratégicas assentam na reprodução contínua de assimetrias territoriais e securitárias, exigindo a manutenção de regimes de exceção e de fronteiras permanentemente instáveis como condição da sua própria viabilidade. Aplicada ao contexto atual, esta

grelha analítica permite compreender a intervenção de 2026 não apenas como contenção de ameaça, mas como um mecanismo de reatualização de uma ordem regional assente na gestão diferencial da soberania, na produção estruturada de insegurança e na reprodução de dependências externas.

A terceira camada é a da geografia estratégica do Estreito de Ormuz. Conectando o Golfo Pérsico ao Mar da Arábia e ao Oceano Índico, o estreito é, simultaneamente, fronteira marítima entre o Irão e o sultanato de Omã, configurando-se como o mais vital ponto de estrangulamento (*chokepoint*) marítimo do planeta. Ramazani (1979) já antecipava que o controlo desta artéria não representava apenas uma vantagem comercial, mas sim um vetor de projeção de poder absoluto, dado que por esta estreita faixa de água transita diariamente cerca de um quinto do consumo mundial de petróleo e uma parcela massiva do gás natural global.

A relevância contemporânea de Ormuz transcende a mera logística energética: a sua vulnerabilidade física confere ao Irão uma formidável ferramenta de dissuasão assimétrica frente ao Ocidente. A sua importância não é apenas comercial: é geopolítica, na medida em que o controlo ou a interdição do estreito redefine, em poucos dias, os termos da economia política mundial. É precisamente neste acidente geográfico que se condensa a continuidade histórica das camadas anteriores: a herança do desenho colonial das fronteiras pós-otomanas (que determinou a partilha das águas territoriais), a centralidade do petróleo que moldou as intervenções externas no século XX e a extrema fragilidade sistémica das redes de interdependência global no século XXI.

Ler a arquitetura do conflito contemporâneo à margem destas três camadas analíticas implica incorrer num erro epistemológico grave: o de tomar como meramente contingente e conjuntural aquilo que é, fundamentalmente, estrutural e histórico. O antagonismo regional não pode ser reduzido a um choque volátil de governos ou a impulsos conjunturais de lideranças efémeras. Pelo contrário, ele é o reflexo de dinâmicas profundas e de longa duração, nomeadamente: a postura do Irão como legítimo herdeiro de uma matriz civilizacional milenar que precede a própria modernidade ocidental; o pecado original do carácter colonial e arbitrário das fronteiras vizinhas que condenou o Médio Oriente à fragmentação institucional; e a centralidade geoestratégica do Estreito de Ormuz enquanto derradeiro dispositivo de coerção económica e dissuasão assimétrica global. Ignorar este triplo alicerce condena qualquer análise ao imediatismo das manchetes jornalísticas, obscurecendo os vetores de continuidade histórica que verdadeiramente explicam a resiliência e a perigosidade das crises atuais.

2. Racionalidade geopolítica e colonialista da intervenção dos Estados Unidos e de Israel

O vetor explicativo tradicional da práxis externa dos Estados Unidos no Médio Oriente assenta numa matriz tridimensional: o imperativo geopolítico de contenção soviética até 1991, a segurança das rotas marítimas de fornecimento energético e o compromisso existencial com Israel (Migdal, 2014). Não obstante o seu valor descritivo, este modelo peca por reducionismo. Através de uma grelha de leitura neorrealista, Mearsheimer e Walt (2007) evidenciam uma anomalia empírica fundamental: do ponto de vista do interesse nacional estrito, o alinhamento axiomático e incondicional com Israel colide frequentemente com a lógica de maximização de poder de Washington. Esta relação hiperbólica impõe ónus diplomáticos gravosos nas relações com as autocracias árabes, atua como catalisador do antiamericanismo transnacional e obstaculiza a resolução de crises regionais. Por conseguinte, a resiliência desta aliança só se torna inteligível ao equacionar-se a agência e a penetração institucional do *Israel lobby*, aliadas a uma sedimentação ideológica no *establishment* de segurança nacional que transcende, e por vezes subverte, os ditames da racionalidade realista clássica.

Numa abordagem anterior e de pendor mais radical, Chomsky (1999) conceptualiza esta aliança como o eixo estruturante do “triângulo fatal” composto por Estados Unidos, Israel e Palestina. Sob esta ótica, a chamada “relação especial” entre Washington e Telavive deixa de ser interpretada como uma anomalia sistêmica ou um desvio ideológico para ser compreendida na sua estrita funcionalidade imperial: Israel atua como uma plataforma de projeção avançada do poder hegemónico norte-americano numa região caracterizada pela convergência de reservas energéticas vitais e Estados pós-coloniais intrinsecamente fragilizados. Consequentemente, a estratégia norte-americana face ao Irão, operacionalizada através de sanções progressivamente punitivas, guerra de sabotagem assimétrica, contenção militar e, contemporaneamente, intervenção direta, não constitui uma exceção conjuntural, mas sim o zénite coerente e a culminação lógica da racionalidade geopolítica que tem ordenado a presença ocidental na região desde o dealbar da ordem pós-1945.

Numa perspetiva comparada, Fernandez (2017) aprofunda a análise ao evidenciar que os Estados Unidos e Israel partilham uma matriz identitária e institucional comum, enraizada no modelo de colonialismo de povoamento. Em ambos os casos, a construção nacional viabilizou-se mediante a substituição territorial e demográfica das comunidades nativas, um processo cuja reprodução histórica demanda o exercício continuado da violência coerciva. É esta afinidade estrutural de longa duração, mais do que o alinhamento estratégico volátil, que explica a densidade de uma relação bilateral que sobrevive a transições de governo e a episódios de elevada fricção política, exemplificados pelas tensões cimeiras entre as lideranças de Donald Trump e Benjamin Netanyahu durante as campanhas de bombardeamento e ataques cirúrgicos contra o Irão.

Esses três níveis – interesse, ideologia, estrutura colonial – encontram fundamento epistémico na noção de colonialidade desenvolvida por Mignolo (2003). Para o autor, a colonialidade não é resíduo do colonialismo histórico, mas o padrão de poder que organiza o sistema-mundo moderno, articulando hierarquias raciais, epistêmicas e geopolíticas que distribuem de modo desigual o direito à soberania, à interpretação e à violência legítima. Aplicada ao caso, essa categoria permite ler a campanha de 2026 como um momento de reafirmação da matriz colonial: o Irão é representado como ator a ser disciplinado, sua soberania é tratada como condicional, e as exigências de Washington (reabertura do estreito, retirada do urânio altamente enriquecido, condicionamento da liberação parcial de ativos congelados) operam como dispositivos de tutela.

A racionalidade da intervenção, portanto, é dupla. É geopolítica, no sentido clássico de controlo de um *choke point* energético e contenção de uma potência regional. E é colonial, no sentido em que assenta na reiteração de uma assimetria ontológica onde a soberania do Outro é tratada como uma variável contingente, revogável e subordinada. Estas duas vertentes operam em perfeita simbiose, constituindo uma articulação histórica de longa duração que perpetua a subordinação de Teerão às dinâmicas do sistema-mundo ocidental.

3. Efeitos atuais do conflito no Irão e na economia global

Os impactos decorrentes da intervenção militar e geopolítica articulam-se de forma multidimensional, podendo ser estruturados em três níveis analíticos interdependentes: o impacto humanitário-social a nível doméstico no Irão, a reconfiguração geopolítica regional no Médio Oriente e o choque sistémico na economia política mundial.

No plano humanitário-social interno do Irão, o conflito incide sobre uma sociedade já submetida a um regime sancionatório de longa data. Em *How Sanctions Work* (Bajoghli *et al.*, 2024), os autores demonstram que as sanções dos Estados Unidos, longe de pressionar exclusivamente a elite política, transferem custos sistémicos para a população: contração do acesso a medicamentos, deterioração de serviços públicos, desvalorização

cambial estrutural e empobrecimento da classe média. A intervenção militar atua, nesse contexto, como amplificadora, combinando destruição física, deslocamento interno e aprofundamento da crise socioeconômica preexistente. O quadro é particularmente sensível em populações vulneráveis e nos indicadores de desigualdade de gênero, já apontados como ponto crítico no Irão antes mesmo do conflito (Mishra, 2026).

No plano regional, o conflito incide sobre um Oriente Médio profundamente reconfigurado. O *ACLED Conflict Watchlist 2026* documenta 204.605 eventos de conflito entre dezembro de 2024 e novembro de 2025, com mais de 240 mil mortes registradas, sendo que a Ucrânia e a Palestina concentram mais de 40% dos eventos (ACLED, 2026). A média global de violência armada atinge cerca de 550 eventos diários, acompanhada por uma escalada sem precedentes no uso de ataques aéreos e sistemas não tripulados, em particular drones.

Paralelamente, o *ACLED Conflict Watchlist* indica que, mesmo antes da campanha militar conjunta de 2026, o Irão já se encontrava numa posição de enfraquecimento estratégico relativo, evidenciada pela erosão da capacidade operacional do Hezbollah no Líbano e pela reconfiguração do eixo sírio após a queda do regime de Assad, fatores que alteram profundamente o equilíbrio regional de alianças e projeção de poder (ACLED, 2025). Neste contexto, a intervenção militar dos Estados Unidos e de Israel deve ser compreendida como parte de um ambiente de fragmentação acelerada e de reordenação coerciva do sistema regional, no qual a capacidade de dissuasão iraniana se reconfigura sob pressão multilateral.

No plano sistêmico, os efeitos do conflito sobre a economia mundial são já empiricamente mensuráveis e enquadráveis numa lógica de perturbação dos circuitos estruturais da economia global. Dados das Nações Unidas indicam que o tráfego mercantil no Estreito de Ormuz sofreu uma contração abrupta, passando de uma média superior a cem embarcações diárias para um fluxo residual entre dois e dezasseis navios por dia, evidenciando uma disrupção severa de um dos principais gargalos geoestratégicos do comércio energético mundial (UNCTAD, 2026b). Esta interrupção afeta diretamente um corredor por onde transita uma proporção significativa das exportações globais de petróleo e gás natural liquefeito, confirmando o papel do Estreito de Ormuz como infraestrutura crítica do sistema energético internacional (Energy Institute, 2025; OPEC, 2025).

Esta paralisia logística traduz-se em efeitos macroeconômicos globais. Projeções das Nações Unidas apontam para uma desaceleração do crescimento econômico mundial para cerca de 2,5% em 2026, abaixo de estimativas anteriores, refletindo o impacto combinado de choques energéticos, volatilidade dos mercados e aumento dos custos de transporte e seguros marítimos (UNCTAD, 2026a). Em paralelo, estimativas da Organização Internacional do Trabalho indicam uma potencial perda acumulada de até três bilhões de dólares em rendimento real do trabalho até 2027, com efeitos particularmente severos em economias dependentes de importações energéticas e cadeias globais de valor (ILO, 2026).

Segundo análises das Nações Unidas, este conjunto de dinâmicas configura um choque sistêmico com potencial de comparabilidade ao de 1973, não apenas pela dimensão energética, mas pela sua capacidade de reconfigurar estruturas de distribuição de rendimento, padrões de comércio e regimes de acumulação à escala global (Mishra, 2026a; UNCTAD, 2026b). Neste sentido, os efeitos do conflito transcendem o espaço regional e inscrevem-se diretamente na economia-mundo contemporânea, afetando cadeias logísticas, mercados de trabalho e sistemas de preços em escala planetária, incluindo regiões geograficamente distantes do teatro de operações.

A leitura colonialista permite reinterpretar esses dados: o que se descreve neutralmente como “choque de oferta” ou “disrupção logística” é, na perspectiva de Mignolo (2003) e Fernandez (2019), a externalização global dos custos de uma operação contínua de gestão e tutela assimétrica sobre o Irão. Nesta leitura, o sistema-mundo não apenas regista um desequilíbrio conjuntural, mas absorve, sob a forma de inflação, desemprego e pressão

sobre sistemas alimentares, os efeitos de uma reconfiguração coerciva da soberania regional. Assim, os custos do conflito são redistribuídos globalmente, enquanto a sua lógica estratégica tende a beneficiar, em primeira instância, o eixo geopolítico Washington–Telavive.

Conclusão

O conflito de 2026 entre os Estados Unidos, Israel e o Irão não constitui um evento isolado, nem pode ser plenamente explicado pelos pressupostos do realismo clássico. Quando analisado nas suas múltiplas camadas – histórica, geopolítica e macroestrutural –, revela a persistência de um padrão de poder colonial-moderno cuja inteligibilidade exige articular a engenharia europeia do Médio Oriente pós-otomano, a profundidade civilizacional do planalto iraniano e a centralidade estratégica do Estreito de Ormuz com a aliança estrutural entre Washington e Telavive e com a matriz de colonialismo de povoamento que sustenta esse alinhamento.

É precisamente a partir desta leitura integrada que se torna possível responder ao problema de investigação enunciado na introdução. A análise permite sustentar que a racionalidade política subjacente à intervenção dos Estados Unidos e de Israel contra o Irão não se esgota em imperativos clássicos de segurança ou de equilíbrio de poder. Pelo contrário, a sua inteligibilidade decorre da articulação entre interesses geoestratégicos, lógicas de controlo de infraestruturas energéticas e uma matriz de colonialidade que continua a hierarquizar soberanias e a legitimar intervenções diferenciadas no Médio Oriente. Neste sentido, confirma-se a hipótese inicialmente formulada, segundo a qual a categoria de colonialidade oferece maior capacidade explicativa para compreender a continuidade histórica e a reconfiguração contemporânea destas intervenções.

Nesta perspetiva, a categoria de colonialidade deixa de constituir um mero enquadramento conceptual para assumir a função de dispositivo analítico central, permitindo integrar fenómenos que a literatura estatocêntrica tende a dissociar: o cálculo geopolítico interestatal, a violência militar, a racionalidade sancionatória enquanto mecanismo de coerção económica e a externalização global dos respetivos custos humanos e materiais. A intervenção contemporânea deve, assim, ser entendida simultaneamente como uma estratégia de controlo de um pivô dos fluxos energéticos globais e como a reatualização de uma assimetria histórica de soberania que estrutura as relações entre o Ocidente e o Médio Oriente.

Deste modo, enquanto o Estreito de Ormuz permanecer como uma infraestrutura estratégica sujeita a lógicas de gestão externa e a soberania iraniana continuar a ser tratada como condicional, a conflitualidade no Golfo Pérsico tenderá a reproduzir-se sob diferentes formas conjunturais. O reconhecimento desta estrutura de longa duração constitui, por isso, não apenas uma condição epistemológica para compreender o conflito de 2026, mas também um pressuposto indispensável para analisar criticamente a persistência das dinâmicas de violência e de hierarquização que continuam a moldar o sistema-mundo contemporâneo.

Referências bibliográficas

- ACLED. (2025). *Conflict Watchlist 2025*. Disponível em <https://acleddata.com/series/conflict-watchlist-2025>.
- ACLED. (2026). *Conflict Index 2026 / Conflict Watchlist*. Disponível em <https://acleddata.com/conflict-index-2026-watchlist>.
- Bajoghli, N., Nasr, S. V. R., Salehi-Isfahani, D., & Vaez, A. U. (2024). *How sanctions work : Iran and the impact of economic warfare*. Stanford, California: Stanford University Press.

- Chomsky, N. (1999). *Fateful triangle : the United States, Israel, and the Palestinians* (Updated ed.). London: Pluto.
- Cleveland, W. L., & Bunton, M. (2016). *A history of the modern Middle East* (6th ed.). Westview Press.
- Energy Institute. (2025). *Statistical review of world energy 2025*. Energy Institute (formerly BP Statistical Review).
- Fernandez, J. (2017). Structures of settler colonial domination in Israel and in the United States. *Decolonization: Indigeneity, Education & Society*, 6(1), 29-44.
- Foltz, R. C. (Cartographer). (2016). *Iran in world history* [xiv, 151 pages].
- Fromkin, D. (1989). *A peace to end all peace : the fall of the Ottoman Empire and the creation of the modern Middle East*. New York: Henry Holt.
- Gause, F. G. (2010). *The International Relations of the Persian Gulf*. Cambridge University Press.
- Hinnebusch, R. (2015). *The international politics of the Middle East*. Manchester University Press.
- ILO. (2026). *World Employment and Social Outlook: Trends 2026*. International Labour Organization.
- Khalidi, R. (2020). *The hundred years' war on Palestine*. Metropolitan Books.
- Mearsheimer, J. J., & Walt, S. M. (2007). *The Israel lobby and U.S. foreign policy* (1st ed.). New York: Farrar, Straus and Giroux.
- Migdal, J. S. (2014). *Shifting sands : the United States in the Middle East*. Columbia University Press,
- Mignolo, W. D. (2003). *Histórias locais/projetos globais: Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Mishra, P. (2026a). *Global economic shocks and energy insecurity*. United Nations Research Brief.
- Mishra, V. (2026b). *How the Hormuz crisis keeps disrupting kitchens, ports and pay packets across the world*. Disponível em <https://news.un.org/en/story/2026/05/1167548>.
- Organization of the Petroleum Exporting Countries. (2025). *Annual statistical bulletin 2025*. OPEC.
- Owen, R. (2013). *State, power and politics in the making of the modern Middle East*. Routledge.
- Ramazani, R. K. (1979). *The Persian Gulf and the Strait of Hormuz*. Alphen aan den Rijn: Sijthoff & Noordhoff International Publishers.
- Rogan, E. (2015). *The fall of the Ottomans*. Basic Books.
- Sluglett, P. (2014). *Britain in Iraq: Contriving King and Country*. I.B. Tauris.
- UNCTAD. (2026a). *Review of Maritime Transport 2026*. United Nations Conference on Trade and Development. <https://unctad.org/topic/transport-and-trade-logistics/review-of-maritime-transport>.
- UNCTAD. (2026b). *Strait of Hormuz disruptions: Implications for global trade and development* (Rapid Analysis Report). United Nations Conference on Trade and Development. <https://unctad.org/publication/strait-hormuz-disruptions-implications-global-trade-and-development>.

Recebido para publicação: 21 de maio de 2026

Aceite após revisão: 23 de junho de 2026

Received for publication: 21 May 2026

Accepted in revised form: 23 June 2026